

Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas

**Turismo, Ambiente e Práticas Educativas
em São Tomé e Príncipe**

ORGANIZADORES

Brígida Rocha Brito (Coord.)

Nuno Alarcão

Joana Marques

Ficha Técnica

Título: Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas
Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe

Organizadores: Brígida Rocha Brito (Coord.); Nuno Alarcão; Joana Marques

Colaboração: Joaquim Pinto; Bastien Loloum; Ana Sofia Alarcão; Fernanda Alvim

Autores: Adelina Pinto, Ana Cristina Palos, Ana Cristina Silva, Antónia Barreto, António Guedes, António Martelo, António Rodrigues, Araceli Serantes Pazos, Arlindo de Carvalho, Bastien Loloum, Brígida Rocha Brito, Bruno Silva, Carlos Vales, Céu Teiga, Cláudia Silva, Conceição Afonso, Danilo Barbero, Drausio Annunciato, Eleutério da Assunção, Eugénia Gonçalo, Eva Vidal, F. Veloso-Gomes, Germán Vargas, Irene Nunes, Isabel Rodrigues, Isaura Carvalho, Ivanete Nardi, Joana Marques, João Martins, Joaquim Ramos Pinto, Jorge de Carvalho, Jorge Bom Jesus, Luís Mário Almeida, Luís Moita, Manuela Cardoso, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Mariana Roldão Cruz, Maria Teresa Andresen, Mariana Carvalho, Mário Freitas, Miguel Silveira, Nora Rizzo, Nuno Alarcão, Pablo Meira, Pedro Morais, Pedro Teiga, Rafael Branco, Raquel Lopes, Rogério Roque Amaro, Rosa Madeira, Vítor Reis, Xavier Muñoz y Torrent, Yossene Santiago

Revisão: Equipa do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

Financiamento e Apoios: FCT, CPLP, Delta

Organização do Seminário: Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente e Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

Outros Apoios no âmbito do Seminário: FCT, Fundação Luso-Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, CEIDA, TAP Portugal, BANIF, Câmara Municipal de Lisboa, Culturália

Local: Lisboa

Ano: 2009

1-ª Edição (Janeiro 2009)

Tiragem: 400 exemplares

Capa e Maquetização: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

Edição: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.
Rua Joaquim Casimiro 6, 4.º Dt.º, 1200-696 Lisboa
e-mail: gerpress@sapo.pt

Depósito Legal: 287.969/09

ISBN: 978-989-96094-0-2

O papel dos Actores e das Comunidades Locais nos processos de Desenvolvimento e na promoção de uma Economia Solidária em São Tomé e Príncipe¹

Rogério Roque Amaro (Professor Associado do ISCTE, Membro da Direcção do Centro de Estudos Africanos, CEA/ISCTE, Consultor do Projecto PTDC/AFR/69094/2006)

Queria começar por cumprimentar todos os companheiros de Seminário, qualquer que seja a sua função ou lugar ocupado e, a título ainda preliminar, agradecer o acolhimento que foi dado a todos pelas pessoas deste País e pelos responsáveis pela Organização ao longo destes dias e nas experiências que pudemos partilhar.

Em segundo lugar, dizer que a minha reflexão vai ter em conta o conhecimento, que não é muito mas que, apesar de tudo, já é algum, acrescentado pela experiência destes últimos dias, vai tomar como matriz o conceito de Desenvolvimento. Mas, adicionalmente, os conceitos de Sustentabilidade e de Economia Solidária.

A minha primeira nota de partilha convosco tem a ver com o facto de utilizar alguns conceitos como referência para a nossa reflexão. Não sou adepto, não sou seguidor, das lógicas teoricistas segundo as quais poderia haver uma espécie de imperialismo conceptual ou teórico que, até certo ponto ou em alguns casos, tende a impor à realidade que se conforme às teorias. Também não sou adepto do contrário, ou seja que as práticas devem dominar todo o conhecimento sem nenhum esforço de sistematização e de reflexão partilhado. Pelo contrário, considero que é muito importante que alimentemos e aprofundemos o diálogo permanente entre a acção e a reflexão, entre a prática e a teoria de maneira a que possamos aprender permanentemente com quem está no terreno, com quem pratica, com quem intervém, e possamos também levar à sistematização desses conhecimentos e dessas aprendizagens. É nesta perspectiva que eu me coloco, naquilo que hoje chamamos um processo de investigação-acção, percebendo que só é possível se o investigador estiver em contacto permanente com a acção e, se possível, ainda que ele próprio seja um actor, tornando-se num investigador.

Neste sentido, os conceitos que eu vou aqui partilhar convosco resultam deste diálogo que tenho vindo a alimentar, quer através dos projectos que tenho acompanhado e das

¹ *Texto transcrito a partir de gravação da comunicação oral apresentada no Seminário Internacional no dia 25 de Julho de 2008 na Mesa Redonda "Educação, Ambiente e Desenvolvimento Comunitário", Palácio dos Congressos, São Tomé.*

teses que tenho orientado sobre São Tomé e Príncipe, quer através da experiência destes últimos dias. Este diálogo entre acção e reflexão, procurando que a teoria e os conceitos sejam úteis para interpretar, para sistematizar e para orientar as práticas, servindo portanto de matriz de referência e, ao mesmo tempo, que estes conceitos sejam postos em causa e constantemente reformulados pelas práticas e pelas inovações que os actores no terreno vão desenvolvendo.

E nesse sentido o que hoje vou partilhar convosco é diferente do que tinha pensado dizer à partida de Lisboa. Apresento esta luz da reflexão e começo por explicitar o conceito de Desenvolvimento a que depois acrescentarei aquelas reflexões sobre, como já disse, Sustentabilidade e Economia Solidária. Isto permite-me passar ao segundo ponto que é o cerne de minha reflexão: sobre o conceito de desenvolvimento, concepções em confronto.

Assumo, nesta reflexão e neste Seminário que, por várias razões, o conceito de desenvolvimento é um dos conceitos mais importantes. Em primeiro lugar, é um conceito que se associa claramente à procura do bem-estar, do progresso e da felicidade das pessoas, portanto é um conceito que tem que ver com a vida das pessoas, com as condições de vida, com os seus sonhos, por isso é um conceito que se associa à utopia, ao desejo de futuro, de mudança, de melhoria quer do ponto de vista individual, quer do ponto de vista colectivo. Ainda também por isso, porque é um conceito que faz parte permanentemente do discurso dos governantes, sejam eles bem ou mal intencionados, na procura do que se costuma designar por bem comum, devia ser esse o eixo central desta acção dos governantes. Mas ainda também digamos na definição daquilo que costumamos chamar os objectivos principais da arte de governar. Ainda porque ele se transforma muitas vezes numa espécie de ideologia de mobilização, de convocação ou de justificação de tudo aquilo para o qual os actores que dominam os processos sociais querem convocar as comunidades. Muitas vezes, para as aliciar ou convencer daquilo que são os seus desígnios; outras vezes, para um processo convicto e honesto de mudança partilhada.

Desenvolvimento ainda por outra razão, porque é talvez um dos conceitos com mais potencialidades de ligação entre vários domínios de pensamento e de acção, por isso mesmo que mais potencialidades interdisciplinares apresenta. Por ele passa, ou pode passar, a economia, a educação, a saúde, a cultura, o ambiente, a regulação política, a História, as leis, a acção social, etc., etc. Desse ponto de vista podemos até dizer que o desenvolvimento apresenta, neste início do século XXI, ciência pós disciplinar como um dos conceitos mais potencialmente pós disciplinares, ou se quisermos indisciplinados, que temos à nossa frente.

É portanto nestas várias acepções, de convocação para o bem-estar da população, de justificação para o discurso da governação, mas também de potencialidade científica da

complexidade e da interdisciplinaridade, que me parece muito útil focar aqui o conceito de desenvolvimento.

Ora, face à História desse conceito, as suas práticas nos últimos sessenta anos, ou seja desde o final da segunda Guerra Mundial quando ele se afirmou, e tão só porque penso que em São Tomé e Príncipe é fundamental situar neste momento esta questão dos desafios do desenvolvimento, quanto mais não seja por quatro razões:

- a reflexão sobre o lugar do petróleo e o seu modelo de desenvolvimento;
- o papel do turismo, que vai ser central nesta reflexão, que tipo de turismo sobre o modelo de desenvolvimento de São Tomé;
- a importância da salvaguarda da biodiversidade num contexto de fragilidade destes ecossistemas em contexto insular, como já referimos, e o futuro do País;
- e ainda a efectiva substância e significado do que é a democracia no sentido da governação do País e da emancipação do povo santomense.

Estes quatro desafios, para além de outros, justificam que a questão do desenvolvimento seja central nesta reflexão. Ora, face, como eu estava a dizer anteriormente, à evolução histórica deste conceito, face àquilo que pudemos observar e partilhar nestes últimos dias, face também à partilha de informações que se têm cruzado e que têm passado por mim nos vários estudos, projectos e teses de mestrado e de doutoramento sobre São Tomé e Príncipe nos últimos anos, e estou aqui a olhar para várias pessoas com quem tenho partilhado essas reflexões, permite-me partilhar convosco o seguinte. Confrontar várias concepções de desenvolvimento, que atravessam São Tomé e Príncipe, como atravessam outras sociedades utilizando cinco critérios, para simplificar porque há muitos mais possíveis, para pôr em confronto as diferentes concepções. Esses cinco critérios vão ser os seguintes:

- sector considerado como o mais importante para o desenvolvimento;
- actores principais ou protagonistas do processo de desenvolvimento;
- relações com as comunidades locais;
- relações com a natureza e com a diversidade da vida;
- continuidade e sustentabilidade dos processos de desenvolvimento.

Tendo em conta estes cinco critérios é impossível não enunciar dois tipos de desenvolvimento em oposição, poderíamos caminhar de uma forma casuística para aí e é possível fazê-lo, mas é possível enunciar um leque de alguma continuidade de perspectivas alternativas que se situam em relação a cada um destes cinco critérios. Eu vou enunciar algumas mas a gama é muito mais abrangente e há várias combinações dessas várias alternativas.

Quanto ao domínio considerado prioritário para o desenvolvimento, entre as várias perspectivas que se têm confrontado em sessenta anos de História do desenvolvimento, e

à luz de experiências várias incluindo do próprio País, é possível colocar uma perspectiva que é aquela que colocou durante muito tempo e ainda coloca, aliás é a perspectiva dominante, a economia no centro do desenvolvimento, fazendo do crescimento económico não apenas a condição necessária mas também a condição suficiente para o desenvolvimento. E derrapando sistematicamente na História para uma visão economicista, como se tudo dependesse da criação de riqueza do ponto de vista material, como tudo se prendesse com o crescimento económico sobretudo numa perspectiva de curto prazo. Esta visão é predominante, como já referi, e corresponde a um dos conceitos de desenvolvimento mais presentes na literatura sobre o tema e mais presentes nas acções sobre o tema incluindo no discurso de muitas das pessoas no terreno.

Uma outra perspectiva em relação ao sector passou para o extremo oposto: a economia como inimigo, como algo a evitar, como uma espécie de percalço do qual se deve fugir em termos de desenvolvimento, assumindo que deve ser uma acção social do tipo assistencialista junto dos pobrezinhos e portanto compensá-los socialmente, ou assumindo que é uma espécie de retorno à natureza sem pessoas na lógica fundamentalista ecológica que hoje encontramos ainda frequentemente em muitos sítios.

Uma outra perspectiva, que nos últimos anos se tem vindo a afirmar, é considerar o desenvolvimento nem como economicista nem como antieconómico mas como um processo integrado que tem que recuperar e visitar as dimensões em que a vida ocorre, conjugando as suas componentes económica, social, cultural, ambiental e política, pelo menos. Em São Tomé e Príncipe vimos nos últimos dias estas várias posições em presença nas conversas que tivemos, naquilo que lemos e ouvimos

O segundo critério, o critério dos actores. Também aqui é possível pôr em confronto várias perspectivas, simplificando apenas ilustro algumas. Aquela que considera que o actor principal para o desenvolvimento do seu País são as empresas que produzem riqueza no sentido meramente económico. Esta é a visão que casa com a perspectiva economicista que referi anteriormente e tem várias versões no seu interior. Uma das mais frequentes em países como São Tomé e Príncipe é a de que essas empresas devem ser sobretudo externas, pela tecnologia e capital que trazem, pelos conhecimentos que transportam e por virem de países e de experiências consideradas mais avançadas. É uma espécie de salvação que vem das empresas estrangeiras.

É interessante verificar que uma certa perspectiva do empreendedorismo, sem mais adjectivos, que hoje anda por aí surge como uma espécie de renovação ideológica do capitalismo associado a esta visão meramente empresarial do desenvolvimento. Uma outra perspectiva que encontramos frequentemente em países como São Tomé é a do Estado como o centro do desenvolvimento, a visão estatista, burocrática e centralizadora. Ou a variante

do Estado rentista que encontramos em todos os continentes, incluindo na Europa, como aquele que, associando-se às empresas, com elas retira os lucros principais do processo.

A terceira versão possível dos actores é aquela que considera que nem Estado nem empresas, vamos apostar nas Organizações da Sociedade Civil como uma espécie de panorama salvador do desenvolvimento, nomeadamente as Organizações Não Governamentais (ONG) que vêm de países externos.

Uma quarta perspectiva, aquela que me parece mais interessante, e que também encontramos em São Tomé, é a do desenvolvimento em parceria que convoca todos os actores possíveis, dando-lhes igual dignidade e importância no seguimento. Desde as comunidades locais, as suas lógicas associativas formais e informais, e portanto o chamado empreendedorismo de base local, e faço questão de o referir para não pensarem que estou a assumir uma posição contra qualquer tipo de empreendedorismo, não é isso que quis dizer anteriormente. Convocando também as empresas nacionais e estrangeiras para este modelo de desenvolvimento, mas claramente numa perspectiva de responsabilidade social e não de interesses meramente económicos, mobilizando esse actor que possa ter um papel importante em São Tomé e Príncipe, que são as Autarquias Locais, ligadas ao futuro e ao bem-estar das suas comunidades. O Estado parceiro, e não tutela, que partilha com os seus parceiros, incluindo as comunidades, e que contratualiza com eles o processo de desenvolvimento, o que obviamente pressupõe uma lógica de democracia participativa e permanente. E ainda as organizações e organismos internacionais. É este múltiplo protagonismo e mútua responsabilização que é uma outra perspectiva do conceito de desenvolvimento, mobilizando muito mais vontades e muito mais recursos.

Terceiro critério, a relação com as comunidades locais. Também aqui verificamos, e verificámos nestes dias, várias perspectivas em confronto: aquela que considera as comunidades locais essencialmente como um factor de produção, que dá a mão-de-obra barata, que fornece matérias primas baratas, que pode inclusive servir de apresentação de folclore e de culturas para turista ver, e outros serviços. E aqui, neste caso, se diz: bom mas a população beneficia. É claro que beneficia, daquilo que sobra, daquilo que são os valores menores do processo de desenvolvimento.

Outra perspectiva corresponde a olhar para as pessoas e comunidades essencialmente como objecto e satisfação de necessidades, ou seja aqueles que beneficiam directa e indirectamente mas que não são sujeitos, não são protagonistas, porque são apenas beneficiários.

E digo até uma terceira perspectiva. Tivemo-la nas visitas que fizemos: a daquelas pessoas e comunidades locais que surgem como empecilhos e obstáculos ao desenvolvimento numa determinada perspectiva.

E a quarta perspectiva, sem querer ser exaustivo, a das pessoas e das comunidades locais que assumem como sujeitos e protagonistas, ou seja como parte interessada, diz-se hoje na literatura internacional *stakeholders* dos processos de desenvolvimento, sendo para isso ouvidas em torno da discussão, na definição dos projectos, no seu planeamento e na sua avaliação, e sobretudo sendo os actores mais importantes do processo, ligando inclusive esta última perspectiva à questão dos direitos humanos e da dignidade, da cidadania e da participação.

O quarto critério, através do qual é possível olhar para o desenvolvimento, são as relações com a natureza e aí também temos várias perspectivas em confronto, entre as quais eu gostaria de destacar as seguintes.

Aquela que vê a natureza essencialmente como um armazém de recursos inesgotáveis e como um depósito de lixos que tudo suporta. Esta perspectiva tende hoje felizmente a desaparecer mas alimentou todos os processos de desenvolvimento nos últimos anos em todos os países e deixou marcas nalguns casos difíceis de ultrapassar.

Uma segunda perspectiva considera a natureza como uma condicionante que infelizmente é preciso respeitar, ou seja de forma contrariada temos de ter em conta, adoptando um discurso ecologista, mas apenas qb, quanto baste, com convicção mas apenas por obrigação e conveniência, quiçá até por marketing e oportunismo de conquista do mercado e de clientes e portanto limita ao que poderíamos chamar de visão antropocêntrica da protecção da natureza.

Muito ligada a esta temos uma outra perspectiva do desenvolvimento que encara a natureza essencialmente como um recurso estratégico e discursivo para atrair clientes e conquistar mercados mas sem correspondência numa prática coerente e continuada.

E ainda uma outra perspectiva de desenvolvimento em que a natureza é eleita como critério absoluto e fundamentalista convocando uma visão ecologista primária de uma espécie de desenvolvimento sem pessoas.

E uma outra perspectiva em que a natureza é vista como uma companheira de casa e de futuro comuns com uma componente e uma visão integrada e sistémica, em que os nossos companheiros da casa comum, animais, plantas e elementos inertes, são tão importantes quanto nós, e é tão importante a nossa continuidade como a deles e não apenas a deles para a nossa, mas a deles em iguais condições à nossa.

Esta perspectiva não está ainda presente na maior parte dos casos mas é aquela que significa uma mudança profunda da visão antropocêntrica, que dominou nos últimos duzentos anos da História da Humanidade, para uma visão ecocêntrica em que todos são muito importantes e cidadãos do Planeta. Implica por exemplo o conceito de democracia ecológica, implica por exemplo o conceito de cidadania ecológica, implica por exemplo o

conceito de participação e *empowerment*, ou empoderamento, aplicado também aos animais, às plantas e aos elementos inertes, coisa que a maior parte de nós ainda não consegue conceber.

Quinto critério para concepções em confronto, as lógicas de continuidade ou sustentabilidade dos processos de desenvolvimento. Também aqui temos várias perspectivas.

Aquela que dominou durante muito tempo, que aposta no imediato e no curto prazo como se fosse uma corrida de cem metros no desenvolvimento, em que é preciso dar tudo e vencer a corrida em poucos segundos. Neste caso, não em poucos segundos mas em poucos anos.

Uma outra, que está por trás daquelas situações em que compensações são dadas às pessoas e que elas naturalmente se vêem com tanto dinheiro que o que fazem é gastá-lo de imediato para poderem ser reis de um sonho ou de uma utopia que na sua vida nunca conseguiram realizar. Encontramo-la também por parte das empresas para quem o que interessa são os resultados dos anos seguintes sem ter em conta a continuidade dos seus processos.

Depois temos uma outra perspectiva que é aquilo que eu chamo uma corrida de maratona e não uma corrida de cem metros, em que aquilo que interessa é garantir o sistema de continuidade de tal maneira a que se consiga correr não cem metros mas quarenta quilómetros, ou seja uma infinidade de tempo na História da Humanidade. Aqui o conceito é o de sustentabilidade e é importante ver que o conceito de sustentabilidade também tem várias versões, partindo desta relação o conceito de desenvolvimento. Dessas várias versões gostaria de propor-vos os seguintes dilemas.

Primeiro, segundo a perspectiva dominante, que tanto pode ser ainda antropocêntrica, ou seja a sustentabilidade dos seres humanos e para isso vamos ter em conta algumas coisas da natureza, para nossa conveniência, ou a perspectiva ecocêntrica, em que o que nos interessa é a sustentabilidade integrada e conjugada de todos os seres vivos e de todas as componentes da natureza e do planeta onde vivemos. Esta é a perspectiva sistémica que já referi.

Passamos a considerar a sustentabilidade segundo os ingredientes referidos, e permitam-me que vos proponha quatro modelos diferentes de sustentabilidade.

O modelo centrado na viabilidade económica e financeira das organizações, dos processos e das sociedades. É a recuperação economicista do conceito, ou seja tudo bem que se utilize o discurso ambiental, tudo bem com o discurso social mas o que conta é a viabilidade económica da empresa, da organização, do país, das comunidades. Se esta não for garantida nada do resto vale. É como se houver uma aceitação de outras dimensões mas aquela que é fundamental e decisiva e da qual sai tudo o resto continua a ser a económica.

Repito, é uma recuperação economicista da sustentabilidade e que existe em muitos sítios.

Uma segunda preocupação ou perspectiva é aquela que centra a sustentabilidade apenas na preocupação ambiental, já me referi a ela a propósito de outros critérios e corresponde à tal visão fundamentalista ecológica como se interessasse apenas salvaguardar os equilíbrios ecossistémicos sem ter em conta as dimensões económica, social e outras que já referi.

A terceira visão é aquela que hoje é assumida em termos internacionais, que é aquilo a que eu chamo a visão integrada incompleta da sustentabilidade, que é tridimensional. É aquela que tenta conjugar, sobretudo depois de Joanesburgo em 2002, a viabilidade económico-financeira dos processos, a coesão social que está associada a eles e a preservação da natureza que deles decorre. Mas não podemos ficar por aqui. Não é suficiente esta visão tridimensional. Precisamos de uma visão heptadimensional do conceito de sustentabilidade porque é aquela que se conjuga com os conceitos de desenvolvimento nas últimas versões dos vários critérios que referi. Às três dimensões anteriores é possível acrescentar quatro. Em primeiro lugar, a garantia da diversidade cultural, sem isso não haverá sustentabilidade no Mundo, nomeadamente porque a arrogância e intolerância cultural é uma das bombas relógio que ameaça o Mundo. Depois, a coesão territorial nas suas diversidades, nos territórios e nas comunidades, ou seja não podemos reduzir tudo ao Mundo uniforme porque os territórios são diferentes e porque há combinações diferentes entre territórios, cultura e ambiente, e essa variedade territorial é fundamental ser garantida na sua diversidade mas também na coesão de cada um dos microcosmos. Portanto o princípio da coesão territorial deve-se enunciar explicitamente a par da coesão social. E esta é a quinta dimensão da sustentabilidade integrada alargada. Em terceiro lugar, a fundamentação do conhecimento, ou seja reproduzir, inovar e recriar constantemente conhecimentos para que as práticas e os conceitos, incluindo este da sustentabilidade, sejam constantemente revistos e possam dar origem a actualizações das práticas e das políticas a que correspondem estes desafios. E portanto é preciso ter uma dimensão do conhecimento da sustentabilidade e por isso da interacção entre a investigação e a acção. E finalmente, a dimensão que visa, porque sem ela as outras não existem, a vontade política, a regulação. É a dimensão política da sustentabilidade, é termos instrumentos e capacidades a nível global, a nível nacional e a nível local de pormos em prática estas várias dimensões quando tudo o resto não passa de discurso, de boas intenções sem efeitos práticos na realidade das pessoas. E a regulação política não é a questão do Estado, é a questão da parceria estratégica no seio da sociedade que deve envolver a Sociedade Civil, o Estado, as empresas e todos os actores.

É evidente que estas diferentes concepções do desenvolvimento em confronto que agora aqui poderíamos, através de uma matriz, combinar nas suas diferentes versões a

partir dos cinco critérios que eu enunciei têm efeitos completamente distintos em várias coisas. E vou exemplificar muito rapidamente um terceiro ponto: que efeitos isto tem no turismo, e vou pôr em confronto dois tipos de turismo que correspondem às combinações extremadas dos conceitos de desenvolvimento que referi.

Assim, podemos ter em São Tomé e Príncipe, ou em qualquer outro país, e repito que encontramos aqui estes diferentes tipos de turismo, e poderia enunciar mas não lhes vou dar nomes por uma questão de delicadeza, mas poderia fazê-lo e todos vocês poderiam identificar, estes tipos de turismo estão aqui presentes como em Portugal e noutros países. Um turismo mais economicista essencialmente empresarial e/ou estatal, que passa à margem, ou mesmo contra, as comunidades locais, que na prática continua contra a natureza, que eventualmente faz concessões de um discurso que é essencialmente estratégico e conveniente, e que é mais de curto prazo e imediato, que pode retirar-se a qualquer momento quando deixar de ser rentável, deixando os custos para a sociedade santomense, e portanto é insustentável. Este é o modelo, está cá, como está em todos os países. Há actores que continuam a jogar neste modelo de turismo e neste modelo de desenvolvimento.

Mas podemos ter no extremo oposto um outro turismo, que em vez de ser economicista seja integrado nos vários sectores que contempla, que dê igual importância à cultura, às acções sociais e ao ambiente como à economia por exemplo, seja partilhado nos seus protagonistas e portanto seja multiprotagonizado e não se baseie apenas no Estado ou nas empresas, que esteja enraizado nas comunidades, que tenha uma base comunitária evidente e clara, de tal maneira que são actores principais do processo, que por isso mesmo se assumam na relação com a natureza, não numa perspectiva de nós seres humanos usufruirmos e até cuidarmos da natureza, mas nós seres humanos interagirmos com os animais e as plantas, sendo que todos fazem parte do mesmo projecto turístico. É portanto o conceito ecocêntrico do turismo.

Este é apresentável na perspectiva integrada que garante viabilidade económica, e nós vimos alguns exemplos disto, coesão social e territorial, que preserva e valoriza o ambiente nas suas várias dimensões, da energia, dos recursos, do tratamento dos lixos, etc., que produz conhecimento. O turismo como forma de produção de conhecimento, isto também é interessante e temos alguns exemplos disto nestes dias, e que ajuda a regular os problemas da sociedade local, por exemplo o desemprego, a pobreza e a exclusão social, a destruição da vida. E temos exemplos disto em São Tomé e Príncipe.

Temos o confronto destes modelos de turismo em São Tomé e Príncipe. A questão agora é saber o que é que interessa mais à sociedade de São Tomé e Príncipe numa perspectiva do futuro e não numa perspectiva do imediato. Esta esperança não vou eu dá-la porque quem tem que a dar são os santomenses.

Uma quarta nota de reflexão que eu gostava de partilhar convosco é dizer que estas reflexões que eu enunciei não são meramente pessoais. Correspondem ao grande confronto prático-teórico dos últimos trinta anos e que, em particular, tem atravessado as práticas e as reflexões teóricas sobre o desenvolvimento. Basta enunciar seis exemplos dos novos conceitos de desenvolvimento para verem como muitas das coisas que eu fui referindo estão lá.

O conceito de desenvolvimento sustentável que começa a nascer na Conferência de Estocolmo de 1972, que se afirma no Relatório Brundtland de 1987, e que ganha visibilidade estratégica em 1992 na Conferência do Rio de Janeiro. Propõe uma nova relação com a natureza, portanto está presente num dos confrontos que eu propus anteriormente.

O conceito de desenvolvimento local nasce nos anos setenta nas Nações Unidas, nas estratégias de desenvolvimento comunitário com as equipas de terreno das Organizações Não Governamentais e dos organismos internacionais, firma-se nos anos oitenta numa forma teórica e prática, centrado nas comunidades locais porque tem de ser um desenvolvimento de proximidade, tem de ser um desenvolvimento de cidadania local, e ainda vou voltar a este conceito.

O terceiro conceito é o desenvolvimento participativo que surge também nos anos oitenta pelos principais organismos internacionais, inclusive um dos quais o Banco Mundial, que o inclui no seu novo tipo de projectos, claro que com algumas interpretações que não são exactamente aquelas que eu partilhei. Mas não deixa de ser curioso que haja também uma recuperação de alguns destes conceitos e um desafio para alguém que sobre eles tenta reflectir e pôr em prática, pondo o acento tónico não apenas na satisfação das necessidades das pessoas mas nos seus processos participativos, de cidadania e de reforço de competências ou de *empowerment* se quiserem.

O quarto conceito, o conceito de desenvolvimento humano que surge em 1990 sob o PNUD. Hoje é um dos conceitos internacionais mais referenciados, remete a questão do desenvolvimento para a questão dos direitos humanos e da dignidade humana. Uma das questões mais importantes é que não basta dar dinheiro às pessoas, ou possibilidade de emprego, se não há dignidade nos seus processos de vida, se os seus direitos humanos fundamentais não são respeitados. Esta é uma das questões mais importantes colocadas pelo conceito de desenvolvimento humano.

Depois o conceito de desenvolvimento social apresentado em Copenhaga em 1995, um conceito que assume que o desenvolvimento tem de ter também alguns compromissos políticos que salvaguardem o bem-estar mínimo das populações. E por isso aponta para a definição de objectivos de compromisso internacional, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e temos aí um novo quadro conceptual.

E finalmente o conceito de desenvolvimento integrado, que foi nascendo na década de

sessenta, que está presente nos outros todos e que assume que o desenvolvimento tem de ter sempre uma visão sistémica, holística e integrada de todos os processos. Este conceito tem a expressão de várias concepções que apresentei quanto aos cinco critérios.

Tomemos o exemplo do desenvolvimento local. É um conceito extremamente interessante porque aproxima o desenvolvimento das pessoas, dá-lhes proximidade, a possibilidade de serem actores e não apenas beneficiários, o desafio de que cada processo de desenvolvimento tem de ser enraizado da diversidade de cada caso e não pode ser homogeneizado como o levámos até aqui. E portanto não há efeitos de imitação no desenvolvimento, há efeitos de criatividade, de inovação em cada contexto particular.

Gostaria de vos propor a formulação do conceito de desenvolvimento que tenho trabalhado nas minhas experiências de terreno sobre esta matéria. É um conceito em dez pontos.

Encarado como um processo de mudança que é tentado numa comunidade territorial de pequena dimensão para dar resposta aos principais problemas sentidos pela comunidade, que ela indicia como seus problemas, a partir essencialmente das suas capacidades, dos seus recursos, das suas potencialidades, da sua força e de lhe dar a sua vida, portanto numa perspectiva de participação e de cidadania local. No entanto, contando com o apoio deste preconizador, e não inibidor, de recursos externos, onde o recurso externo não é o principal, mas é uma preconização, numa perspectiva integrada destas mudanças e portanto mobilizando todas as áreas da vida das pessoas, o que pressupõe um trabalho de cooperação entre as instituições e os actores locais porque nunca é o processo de um actor só. É um trabalho em parceria, gerando impactos que aos poucos vão atingindo toda a comunidade, no sentido positivo e negativo, como é óbvio em qualquer processo de mudança em que nem tudo são rosas, há também espinhos, e segundo uma diversidade de processos inculcados em que cada comunidade e cada processo é um caso concreto, na sua lógica, nos seus ritmos, nos seus sectores e nas suas dinâmicas.

Eu costumo dizer de outra maneira que o desenvolvimento local transforma problemas em pessoas com problemas, pessoas com problemas em pessoas com capacidades e pessoas em capacidades em respostas aos problemas. Ou seja, no desenvolvimento local não há desemprego, há o senhor ou a senhora A, B ou C que estão desempregados, o que é completamente diferente. Falar no desemprego em abstracto ou falar no meu companheiro ou no meu vizinho que é desempregado e sobretudo quando ele é a resposta ao seu próprio problema e portanto é uma pessoa com capacidades. E aí, a resposta ao problema responde àquele caso concreto e ajuda a responder aos problemas genéricos da sociedade.

Ora nesta perspectiva, eu penso que no contexto de São Tomé é absolutamente essencial que este conceito e estas práticas sejam uma das referências para o processo de

mudança da sociedade santomense. Não é a solução para tudo, não é a poção mágica mas é um dos conceitos de referência por todas as razões que referi anteriormente, pelo envolvimento da comunidade, pela ligação forte ao território e à sua base ambiental, pela ligação à cultura local, pela mobilização das capacidades e pela maior eficiência na afectação de recursos. Mas isto tem implicações que vão de encontro a algumas das concepções do desenvolvimento que enunciei anteriormente.

Primeira implicação é que só é possível o desenvolvimento local numa perspectiva integrada. Não é possível fazer desenvolvimento nas comunidades se eu só toco na economia ou numa das outras vertentes. Tudo o que está ligado, sobretudo se está ligado na vida, e na vida das pessoas no dia-a-dia, nós os intelectuais e académicos é que separámos as coisas porque as pessoas as vivem integradamente. O desenvolvimento de proximidade é a partir das pessoas logo é necessariamente integrado e não precisamos de o dizer.

Sou adepto, e estou a seguir os critérios que apresentei anteriormente, é obviamente um processo em que é a comunidade que interage conjuntamente com os actores externos. Há uma co-responsabilização dos actores e é portanto um processo de democracia efectiva do desenvolvimento, em que a democracia não fica na Assembleia Nacional, está no quotidiano do desenvolvimento. Por isso, os seus valores, as suas identidades, dinâmicas e ritmos são o ponto de partida fundamental no desenvolvimento, em que há um envolvimento e um respeito por essas comunidades, além dos seus processos históricos, nunca podendo ser externalizadas ou vista como qualquer coisa que obstaculiza o desenvolvimento. Naturalmente, a inserção territorial obriga a ter uma ligação com a natureza, e é a melhor condição para que de facto o processo seja ecocêntrico neste sentido de ligação abrangente com a vida que existe na comunidade, logo estamos precisamente com uma responsabilidade integrada e voltamos ao princípio, ou seja à visão integrada. É um processo coerente em si próprio.

É interessante ver, e com isto aproximo-me do fim, há um conceito de desenvolvimento que derrapou para o economicismo, pois há duas versões pelo menos que derraparam para o antieconómico. É interessante ver, e eu sou economista, como estes novos conceitos de desenvolvimento recuperam uma ideia de economia que é interessante. Esta ideia está hoje em plena afirmação, em particular nos países da Macaronésia, ou seja a Madeira, os Açores, Cabo Verde e as Canárias, e aos quais São Tomé e Príncipe poderia juntar-se por via de Cabo Verde e dos Açores, aliás sou protagonista desse convite e faço-o formalmente porque faço parte dessa dinâmica, acompanho esse processo e sou o responsável pelo Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico. São Tomé tem aqui um desafio muito interessante. Nesta experiência da Macaronésia, surgiu nos últimos anos um conceito de economia, que é o conceito de economia solidária, que é muito interessante porque não

é no sentido social mas no sentido da solidariedade com a vida, o reencontro com a vida na sua multidimensionalidade. Para não perder muito tempo, vou reformular o conceito conforme é por nós apresentado e que temos trabalhado nos últimos vinte anos, inclusive com efeitos práticos, ou seja já há um conjunto de organizações que preferem a economia solidária e que se constituíram numa federação de algumas que já tem uma marca, uma loja, um site. Estamos a falar de coisas concretas.

O conceito de economia solidária, repito, é um conceito em que a economia reencontra a vida na sua multidimensionalidade e assenta em oito pilares. Primeiro, é um projecto económico porque cria emprego, distribui rendimento, satisfaz consumos, gera poupanças e estimula investimentos. Tem uma dimensão económica clara e afirmada. Não é uma economia envergonhada. É até uma economia mais rica do que as outras porque vai para o mercado e vende produtos, contratualiza com o Estado, economia pública, e ainda mobiliza a terceira economia sobre a qual os economistas nunca souberam falar nas suas teorias que é a economia da dádiva, que não se limita aos donativos e ao voluntariado mas que está ancorada na cultura, nomeadamente mais tradicional dos povos europeus, africanos e da América Latina por exemplo. É a economia da reciprocidade, da entre-ajuda, da vizinhança e da comunidade que é a base muitas vezes do funcionamento económico. Os economistas não sabem isto, eu nunca aprendi isto na teoria económica, não está nos manuais e no entanto é a base do funcionamento económico das nossas sociedades. A economia solidária recupera esta ideia do projecto económico.

Segundo, é um projecto social, ou seja tem como objectivo principal responder aos problemas sociais das suas comunidades, dando emprego aos mais desfavorecidos e mais concretamente a esses, respondendo às necessidades daqueles que não podem ir ao mercado satisfazê-las, promovendo a igualdade de oportunidades, incluindo a cultura do género e criando condições de dignidade de trabalho.

Terceiro, é um projecto ambiental, ou seja é uma economia que tenta ter outra visão ambiental através das opções energéticas que faz, através da compra ou da utilização de matérias primas segundo o modo de produção biológico, através da maneira como recicla os materiais e faz o tratamento dos lixos, através de propostas de relacionamento com a natureza e do turismo ecológico que promove no seu interior.

Quarto, é um projecto cultural, ou seja a cultura não é para ser destruída em nome de uma uniformização económica mas é para ser recuperada nos seus valores e identidades e nas tradições como trunfo económico, por exemplo através dos saberes gastronómicos, das festas comunitárias, do artesanato, da interacção com a comunidade, etc.

Quinto, é um projecto territorial, ou seja é uma economia que está enraizada num território e promove uma relação privilegiada com a comunidade, valorizando a contratação

de pessoas locais, a compra de produtos locais, a relação com os eventos e as culturas, etc.

Sexto, é um projecto de gestão, ou seja é uma economia que não quer ser como a sua antecessora a economia social, uma economia de gestão porreirista mas uma gestão profissionalizante e eficiente, e portanto mobilizando novos conceitos de gestão.

Sétimo, é um projecto de conhecimento, uma economia que pretende gerar conhecimento novo no seu conceito.

E oitavo, é uma economia que tem um projecto político, que significa duas coisas: primeiro, democracia interna, ou seja as decisões são tomadas no seio das organizações por democracia; segundo, tem um projecto político externo, o que significa colaborar com as outras instituições, o Estado e as empresas na resolução dos problemas da sociedade.

Reparem que este conceito de economia solidária anda muito próximo do conceito de sustentabilidade, não por acaso, há aqui uma relação, uma coerência, uma interacção. Há um conjunto de novos conceitos. O que é importante é que o conceito de economia solidária está hoje na prática e no terreno.

O comandante Pedro Pires, Presidente da República de Cabo Verde, utiliza este conceito como um conceito central e diz uma coisa muito importante: Cabo Verde começou por ser uma economia pública de Estado, depois passou, com a democracia, para uma economia que tendeu para o mercado e hoje está a perceber que nenhuma destas economias só por si, nem as duas ligadas resolvem os problemas de Cabo Verde. É preciso uma terceira economia, alguns autores chamam-lhe o terceiro sector e a economia solidária situa-se precisamente nesta linha. Cabo Verde percebeu isto e percebeu que a economia solidária é protagonizada por muitas Organizações Não Governamentais e outras iniciativas empreendedoras da sociedade civil.

São Tomé tem este desafio pela frente. Ontem lancei-o numa conversa que tive na Santa Casa da Misericórdia, que tem potencialidades para ser uma das experimentadoras deste conceito e destas práticas. Ontem à tarde visitei uma iniciativa de ensino e de turismo que tem todos os ingredientes deste conceito de economia solidária. Não vou dizer qual é, descubram. Mas há muitos outros. Ele está cá, está presente. Não resolve tudo, não é mágico mas é uma componente económica que recupera para o desenvolvimento o conceito e as práticas da economia. Deixo esta pista para a poderem desenvolver.

E termino, dizendo que São Tomé e Príncipe está em condições para enfrentar estes conceitos de desenvolvimento, de economia solidária e de sustentabilidade. Claro que também tem obstáculos e dificuldades na sua aplicação: a persistência de que através de um trabalho continuado, em interacção com a população, podemos ter uma mobilização de todos os actores e com isso uma maior probabilidade de atingir um desenvolvimento que dure. Isso também está presente.

Mas aqui há alguns problemas e eu gostava de partilhar alguns convosco. Do lado da sociedade civil temo que a lógica colonialista das roças tenha criado nalgumas componentes da população um hábito demasiado enraizado de subordinação e subserviência que inibe a capacidade de iniciativa. Este é um problema cultural que a meu ver tem que ser enfrentado e tem que ser respondido com medidas próprias na área da formação, informação e democracia. Este é um dos factores inibidores do desenvolvimento.

Outro factor inibidor vem do lado das empresas externas, ou de algumas. Nem todas estão cá obviamente para favorecer o povo de São Tomé. É claro que as empresas existem, dizem elas, para promover o seu próprio lucro, mas esta visão economicista é apontada como uma visão em as empresas só têm a ganhar, ou seja se forem espertas, não fazem uma corrida de cem metros, só têm a ganhar se assumirem uma perspectiva integrada daquilo que fazem, promotora de coesão social, da diversidade cultural e da preservação ambiental porque assim poderão ter ganhos durante muito mais tempo. As empresas que são inteligentes, mesmo que não sejam convictas, já perceberam que a sua competitividade para ser duradoura tem de integrar outra dimensão. E infelizmente nós continuamos a ter nalguns destes países, e mesmo em Portugal, empresas que assumem uma perspectiva quase neocolonialista, ou seja nós vamos lá para ganhar o mais possível. O discurso dos benefícios das pessoas locais é esquecido e não é posto em prática. Este é um enorme factor inibitório.

E depois a questão do Estado, esta é uma questão muito sensível em São Tomé e não queria entrar muito por aí. Mas o problema da instabilidade, da variabilidade das equipas governamentais, também das pressões internacionais, da ligação com alguns interesses económicos, é real e que dificulta que o Estado seja efectivamente promotor do desenvolvimento das suas populações. Esta é outra questão decisiva, é uma questão de princípio.

Um outro aspecto é as autarquias locais e em São Tomé e Príncipe é um processo que vale a pena estudar e observar. Primeiro em que pareceu avançar, e depois parou, e agora voltou a avançar. As autarquias locais em geral podem significar uma coisa muito importante que é a proximidade das populações a interacção, e a partilha do poder, e desse ponto de vista podem ser caminhos promotores de desenvolvimento mas também podem ter alguns inconvenientes, nomeadamente quando se provocam situações de caciquismo local. É uma questão também a pensar.

O problema das ONGs externas. Dizia alguém que São Tomé e Príncipe deve ser o país com mais ONGs externas por quilómetro quadrado. É possível que sim, não sei, mas comparativamente tem muito poucas, comparando com a Guiné-Bissau ou Cabo Verde. Haveria que perceber quais as dinâmicas que vêm dessas ONGs externas e quais as que vêm das ONGs nacionais, qual o seu papel.

Face a este contexto, eu penso que é importante que haja algumas estratégias facilitadoras das quais eu gostava de deixar rapidamente algumas. Primeiro, a importância da partilha e da informação sobre estes problemas de desenvolvimento; segundo, a importância de haver processos de formação que envolvam estas comunidades e estes actores; terceiro, a importância de estabelecer parcerias sistemáticas com igualdade de condicionamentos face ao desenvolvimento; quarto, a importância de prosseguir o envolvimento das comunidades mesmo que ao princípio seja difícil face à sua tendência para a facilidade e inércia; quinto, a importância decisiva para o desenvolvimento de São Tomé, do aprofundamento da democracia em tudo o que isso significa.

E finalmente termino dizendo que há já em São Tomé e Príncipe algumas iniciativas em número suficiente para não precisarem que sejamos nós a vir de fora mostrar o que é que é possível fazer porque as resposta estão cá dentro e correspondem a muitos destes processos de desenvolvimento.

Muito obrigado.